



# Enel Green Power Mourão S.A.

CNPJ: 23.842.022/0001-02

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Com relatório do auditor independente



## **Enel Green Power Mourão S.A.**

### Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

#### Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Administradores e Acionistas da

## Enel Green Power Mourão S.A.

## Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Mourão S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Mourão S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da

capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo  
Contador CRC RJ.012563/O-1

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.504	4.823
Títulos e valores mobiliários		18	-
Contas a receber de clientes	5	710	2.724
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		-	14
Outros tributos compensáveis		55	47
Créditos com partes relacionadas	9	856	824
Ativos financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	8	1.223	1.147
Outros créditos		82	89
Total do ativo circulante		<u>8.448</u>	<u>9.668</u>
Não circulante			
Depósitos vinculados a litígios		3	3
Ativos financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	8	29.251	27.623
Imobilizado	6	5.260	5.310
Intangível	7	691	669
Total do ativo não circulante		<u>35.205</u>	<u>33.605</u>
Total do ativo		<u><u>43.653</u></u>	<u><u>43.273</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	741	383
Folha de pagamento		85	46
Imposto de renda e contribuição social a pagar		150	176
Outras obrigações fiscais		80	83
Débitos com partes relacionadas	9	99	24
Dividendos a pagar	12	3.744	3.623
Taxas regulamentares		127	280
Outras obrigações		56	-
Total do passivo circulante		<u>5.082</u>	<u>4.615</u>
Não circulante			
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	11	86	101
Total do passivo não circulante		<u>86</u>	<u>101</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	12	25.600	25.600
Reservas de lucros		4.769	12.957
Dividendos adicionais propostos		8.116	-
Total do patrimônio líquido		<u>38.485</u>	<u>38.557</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>43.653</u>	<u>43.273</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita líquida	<b>13</b>	<b>15.183</b>	11.161
Custo do serviço	<b>14</b>	<b>(3.083)</b>	(1.822)
Lucro bruto		<u><b>12.100</b></u>	<u>9.339</u>
Despesas operacionais	<b>14</b>		
Despesas gerais e administrativas		<b>(342)</b>	(408)
Provisão para devedores duvidosos		<b>(115)</b>	-
Outras receitas (despesas) operacionais		-	(24)
Total das despesas operacionais		<u><b>(457)</b></u>	<u>(432)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		<b>11.643</b>	8.907
Resultado financeiro	<b>15</b>		
Receitas financeiras		<b>453</b>	417
Despesas financeiras		<b>(46)</b>	(26)
		<u><b>407</b></u>	<u>391</u>
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		<b>12.050</b>	9.298
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	<b>16</b>	<b>(659)</b>	(515)
Lucro líquido do exercício		<u><b>11.391</b></u>	<u>8.783</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	<b>11.391</b>	8.783
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<b><u>11.391</u></b>	<u>8.783</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	25.600	854	12.160		-	38.614
Dividendos adicionais propostos	-	-	(6.754)	-	-	(6.754)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.783	8.783
Reserva de capital	-	439	-	-	(439)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(2.086)	(2.086)
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	6.258	-	(6.258)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	25.600	1.293	11.664	-	-	38.557
Dividendos adicionais propostos	-	-	(8.758)	-	-	(8.758)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.391	11.391
Reserva legal	-	570	-	-	(570)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.705)	(2.705)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	8.116	(8.116)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	25.600	1.863	2.906	8.116	-	38.485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	11.391	8.783
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>		
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	115	2
Provisão para processos judiciais e outros	(15)	2
Depreciação e amortização	314	-
Repactuação do GSF	(42)	(269)
Atualização do bônus de concessão	(2.905)	(1.390)
Imposto de renda e contribuição social correntes	659	515
	<u>9.517</u>	<u>7.643</u>
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>		
Contas a receber de clientes	1.899	(1.526)
Ativo financeiro - contas a receber vinculada à concessão	1.201	1.115
Tributos a compensar	6	(12)
Créditos com partes relacionadas	(32)	(401)
Outros créditos	7	11
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>		
Fornecedores	358	(202)
Folha de pagamento	39	3
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(35)	121
Débitos com partes relacionadas	75	(10)
Taxas regulamentares	(153)	65
Outras obrigações	57	-
	<u>12.939</u>	<u>6.807</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(653)	(531)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>12.286</u>	<u>6.276</u>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Títulos e valores mobiliários	(18)	
Aquisição para o ativo intangíveis e imobilizado	(244)	(439)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	<u>(262)</u>	<u>(439)</u>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Dividendos pagos	(11.343)	(8.267)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<u>(11.343)</u>	<u>(8.267)</u>
<b>Varição no caixa líquido da Companhia</b>	<b>681</b>	<b>(2.430)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4.823	7.253
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>5.504</b></u>	<u><b>4.823</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional**

---

A Enel Green Power Mourão S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Enel Green Power Brasil Participações Ltda., desde 3 de dezembro de 2015, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, cuja atividade operacional concentra-se na geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de Garantia Física de energia e potência, nos termos do Artigo 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, sendo tal atividade regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

A Companhia explora o potencial hidráulico de 8MW da UHE Mourão I, através do Contrato de Concessão nº 04/2016-MME-UHE MOURÃO I, com contrato vigente até 30 de dezembro de 2045, celebrado entre a União e a Enel Green Power Mourão S.A. no dia 5 de janeiro de 2016.

#### **1.1. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros**

##### **Pessoas e sociedade**

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou, para cada profissional, equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por Covid-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo, apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por Covid-19, serão mantidos.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Companhia. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto.

##### **Monitoramento e plano estratégico**

A Companhia tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da Covid-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Companhia continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

---

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 29 de abril de 2022.

#### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Conforme Orientação Técnica OCPC 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

## **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

## **2.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

## **3. Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos**

---

### **3.1. Receita de contratos com clientes**

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

#### Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

### **3.2. Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial quando é parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. A Companhia, inicialmente, mensura seus ativos financeiros ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, este deve gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Os demais ativos que, não estejam estritamente relacionados a pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos passivos financeiros no reconhecimento inicial é realizada ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumento de proteção.

Todos os passivos são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, subsequentemente, são classificados em duas categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado.

#### Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48, e seus ativos foram mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

#### Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

#### Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

#### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes. Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

## Instrumentos financeiros, apresentação líquida

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

### Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de outorga)

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e portanto sua contabilização embasada no ICPC 01, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

### **3.3. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

### **3.4. Contas a receber de clientes**

O saldo registrado engloba as contas a receber com suprimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

### Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“Expected Credit Losses – ECL”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“Probability of Default – PD”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“Loss given default – LGD”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

### **3.5. Imobilizado**

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for

o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, vide nota explicativa nº 8. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao período de autorização.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

#### Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras

### **3.6. Ativo intangível**

O ativo intangível corresponde ao direito de exploração de concessões e é em função dos contratos de concessão de geração. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o

controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício

### **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

### **3.7. Provisões**

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

### **3.8. Imposto de renda e contribuição social – Lucro presumido**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- a) 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- b) 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

### 3.9. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

#### Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:

- (a) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (c) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

#### Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração do CPC 40 e CPC 48. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

A Companhia não possui transações sujeitas à taxa variável vinculada à LIBOR.

### 3.10. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que	1º de janeiro de 2022

	envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo CFC

### 3.11. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários cíveis, arrendamentos e instrumentos financeiros.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos e, as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

#### Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: provisão para desmantelamento, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”) e provisão para processos judiciais.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e contas correntes bancárias	<b>891</b>	2.538
<b>Aplicações financeiras</b>		
CDB - Certificado de depósito bancário (a)	<u>4.613</u>	<u>2.285</u>
<b>Total aplicações financeiras</b>	<u>4.613</u>	<u>2.285</u>
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>5.504</b></u>	<u>4.823</u>

(a) As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

#### 5. Contas a receber de clientes

	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2021	31/12/2020
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	7	-	-	7	1.552
Suprimentos de Energia - ACR - Ambiente de contratação regulado	681	23	134	838	1.192
<b>Total</b>	<u>688</u>	<u>23</u>	<u>134</u>	<u>845</u>	<u>2.744</u>
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(1)	(134)	(135)	(20)
	<u>688</u>	<u>22</u>	<u>-</u>	<u>710</u>	<u>2.724</u>

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

(a) As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, no montante de R\$ 838, principalmente devido à inadimplência do setor causada por liminares que impedem a liquidação financeira de valores impactados pelo risco hidrológicos (*GSF – Generation Scaling Factor*). Em setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/2020 para permitir a renegociação e repactuação do risco hidrológico para as usinas que comercializam energia no Ambiente de contratação livre - ACL. Dada a publicação da referida lei, que destrava as liquidações do MCP, a Administração acredita que em 2022 a inadimplência seja totalmente recebida de acordo com o cronograma estipulado pela CCEE. Com base em uma avaliação das garantias e histórico de recebimentos, a Companhia realizou uma análise destas contas a receber e concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia em função desse assunto durante o exercício de 2021. A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa existente em 31 de dezembro de 2021 corresponde ao saldo com alguns agentes desligados do MRE no exercício de 2019.

Movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2021</u>
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	(20)	(115)	(135)
	<u>(20)</u>	<u>(115)</u>	<u>(135)</u>

	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa para incobráveis / reversão</u>	<u>31/12/2020</u>
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	(18)	(16)	14	(20)
	<u>(18)</u>	<u>(16)</u>	<u>14</u>	<u>(20)</u>

## 6. Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>			<u>Valor líquido</u>
		<u>Valor líquido</u>	<u>Adição</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Transferência</u>	
Edificações	30	1.133	-	-	184	1.317
Máquinas e Equipamentos	30	3.741	-	-	100	3.841
Veículos	7	64	-	-	-	64
Móveis e Utensílios	16	25	-	-	-	25
		<u>4.963</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>284</u>	<u>5.247</u>
<b>Depreciação acumulada em serviço</b>						
Edificações		-	-	(13)	-	(13)
Máquinas e Equipamentos		-	-	(270)	-	(270)
Veículos		-	-	(9)	-	(9)
Móveis e Utensílios		-	-	(2)	-	(2)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(294)</u>	<u>-</u>	<u>(294)</u>
<b>Imobilizado em curso</b>						
Outros		347	244	-	(284)	307
		<u>347</u>	<u>244</u>	<u>-</u>	<u>(284)</u>	<u>307</u>
<b>Total do imobilizado</b>		<u>5.310</u>	<u>244</u>	<u>(294)</u>	<u>-</u>	<u>5.260</u>

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	31/12/2019		31/12/2020	
		Valor líquido	Adição	Transferência	Valor líquido
Edificações	30	897	-	236	1.133
Máquinas e Equipamentos	30	3.626	-	115	3.741
Veículos	7	64	-	-	64
Móveis e Utensílios	16	13	-	12	25
		<u>4.600</u>	<u>-</u>	<u>363</u>	<u>4.963</u>
Em curso					
Outros		271	439	(363)	347
		<u>271</u>	<u>439</u>	<u>(363)</u>	<u>347</u>
Total do imobilizado		<u>4.871</u>	<u>439</u>	<u>-</u>	<u>5.310</u>

## 7. Intangível

Movimentação do intangível:

	Em serviço		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	400	-	400
Adições	269	-	269
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	669	-	669
Amortização	-	(20)	(20)
Atualização GSF	42	-	42
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>711</b>	<b>(20)</b>	<b>691</b>

## 8. Contas a receber vinculadas à concessão

A Enel Green Power Mourão firmou em 05/01/2016, por 30 anos, contrato de concessão em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, no montante de R\$28.609, fixados pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 18/09/2015 e no Edital do Leilão Aneel nº 12/2015.

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração - GAG e do Retorno da Bonificação pela Outorga - RBO, os quais compõe a remuneração da EGP Mourão, denominada de Receita Anual de Geração - RAG.

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:



	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo em 01 de janeiro	<b>28.770</b>	28.495
Amortização	<b>(1.201)</b>	(1.115)
Atualização da bonificação pela outorga	<b>2.905</b>	1.390
Saldo em 31 de dezembro	<b><u>30.474</u></b>	<u>28.770</u>
Circulante	<b>1.223</b>	1.147
Não circulante	<b>29.251</b>	27.623

Em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, a EGP Mourão classificou o montante a receber da Bonificação pela Outorga como ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. A amortização corresponde aos valores recebidos mensalmente.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Transações com partes relacionadas

Conforme detalhado na nota explicativa nº 12, em 4 de novembro de 2021 foi aprovada a incorporação da Enel Green Power Brasil Participações Ltda. (“EGP Brasil” ou “antiga controladora”) pela Enel Brasil S.A., e, como resultado desta incorporação, a EGP Brasil foi extinta e a Enel Brasil S.A. tornou-se sua sucessora e detentora dos saldos patrimoniais, inclusive com partes relacionadas, antes detidos pela antiga controladora.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos e as transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

Natureza	Parte relacionada	31/12/2021			31/12/2020		
		Ativo Circulante	Passivo Circulante	Receita (despesa)	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Receita (despesa)
Compartilhamento das despesas comuns do grupo / transferência de custos	Enel Green Power Brasil Participações Ltda	-	-	-	41	4	-
	Enel Green Power Parapanema	540	12	3.546	3	11	-
/ transferência de custos	Enelpower do Brasil Ltda	-	-	-	-	-	-
	Enel Brasil S.A	41	78	(73)	-	-	-
Compra e Venda de energia	Apiacas Energia S.A	25	9	-	25	9	-
	Enel Distribuição Rio (Ampla)	24	-	276	23	-	261
	Celg Distribuicao S.A. Celg D.	31	-	349	28	-	-
	Enel Distribuição Ceará (Coelce)	28	-	305	24	-	274
	Primavera Energia S.A	75	-	-	75	-	-
de energia	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade De Sao Paulo S.A.	92	-	1.035	90	-	986
	Enel Green Power Fazenda	-	-	-	-	-	-
	Central Geradora Termelétrica Fortaleza - CGFT	-	-	(4)	515	-	515
	Enel Goiás	-	-	-	-	-	321
		<b>856</b>	<b>99</b>	<b>5.434</b>	<b>824</b>	<b>24</b>	<b>2.357</b>

### Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2021.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de fornecedores é composto conforme segue abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Encargo de Uso da Rede	16	8
Suprimento de energia	26	22
Materiais e serviços	699	353
Total	<u>741</u>	<u>383</u>

### 11. Provisão para processos judiciais

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos cíveis, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Adições (reversões)</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Cíveis	101	(18)	3	86
Total	<u>101</u>	<u>(18)</u>	<u>3</u>	<u>86</u>

	<u>Saldo em 31/12/2019</u>	<u>Adições (reversões)</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>
Cíveis	99	(2)	4	101
Total	<u>99</u>	<u>(2)</u>	<u>4</u>	<u>101</u>

A Companhia possui ações de natureza cível e trabalhista, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, sendo as mais representativas mencionadas abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Trabalhistas	2	1
Cíveis	50	60
	<u>52</u>	<u>61</u>

## 12. Patrimônio líquido

### 12.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 25.600, divididos em 25.600.100 ações ordinárias, sem valor nominal e com preço de emissão de R\$1,00 cada, de propriedade da Enel Brasil S.A.

Acionista	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade de ações (unidades)	% de participação no capital	Quantidade de ações (unidades)	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	25.600.100	100,00%	-	-
Enel Green Power Brasil Participações Ltda.	-	-	25.600.100	100,00%
<b>Total</b>	<b>25.600.100</b>	<b>100,00%</b>	<b>25.600.100</b>	<b>100,00%</b>

Em 4 de novembro de 2021, foi aprovada a incorporação da EGP Brasil Participações Ltda. pela Enel Brasil S.A., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

Considerando que a incorporadora e a incorporada fazem parte do mesmo grupo econômico no exterior e que ambas as Companhias possuem o mesmo controlador, a incorporação está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária, do qual resultará maior eficiência administrativa e reforçando a sua capacidade econômico-financeira.

Como resultado desta incorporação, a EGP Brasil Participações Ltda. foi extinta de pleno direito e a Enel Brasil tornou-se sua sucessora e detentora das participações em controladas da incorporada. Dessa forma, a Enel Brasil passou a ser a controladora da Companhia.

### 12.2. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

### 12.3. Reserva estatutária

Conforme artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, o lucro remanescente (após destinações a reserva de legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinada a formação de reserva para reforço de capital de giro, observado o disposto no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. Tal reserva trata-se de reserva estatutária com as seguintes características: (i) sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da Companhia; (ii) será destinado à Reserva para Reforço de Capital de Giro o saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após a constituição de reserva legal, a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% e constituição de reservas de lucros previstas no estatuto da Companhia e proposta pela Administração; (iii) a Reserva para Reforço de Capital de Giro deverá observar o limite previsto no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) a reserva poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas.

### 12.4. Distribuição de resultado

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O montante de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 3.743 (R\$ 3.623 em 31 de dezembro de 2020).



	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	<b>11.391</b>	8.783
(-) Reserva legal	<b>(570)</b>	(439)
Lucro líquido a destinar	<b>10.821</b>	8.344
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<b>(2.705)</b>	(2.086)
Dividendo adicional proposto	<b>(8.116)</b>	(6.258)
Saldo a destinar	<b>-</b>	-

### 13. Receita operacional líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Suprimento de energia elétrica	<b>8.781</b>	11.506
Atualização bônus de concessão	<b>2.905</b>	1.390
Suprimento de energia elétrica parte relacionadas (nota 9)	<b>5.507</b>	-
Total da Receita operacional bruta	<b>17.193</b>	12.896
(-) Deduções da receita		
COFINS	<b>(515)</b>	(387)
PIS	<b>(112)</b>	(84)
P&D	<b>(135)</b>	(108)
Taxa de fiscalização	<b>(47)</b>	(41)
Amortização bônus de concessão	<b>(1.201)</b>	(1.115)
Total de deduções de receita	<b>(2.010)</b>	(1.735)
	<b>15.183</b>	11.161

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Custos e despesas operacionais

	2021				2020		
	Custo do Serviço	Despesas gerais e administrativas	Provisão para devedores duvidosos	Total	Custo do Serviço	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(187)	(15)	-	(202)	(289)	-	(289)
Custo de arrendamento financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(115)	(115)	-	-	-
Provisão de processos judiciais e outros	11	-	-	11	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-	-	(478)	-	(478)
Encargos de uso de rede elétrica	(633)	-	-	(633)	(534)	-	(534)
Suprimento de energia elétrica	(931)	-	-	(931)	-	-	-
Reversão de perdas de crédito esperadas	-	-	-	-	-	14	14
Material	(74)	(17)	-	(91)	(69)	(2)	(71)
Serviços de terceiros	(652)	(215)	-	(867)	(664)	(326)	(990)
Serviços de terceiros parte relacionadas (nota 9)	-	(73)	-	(73)	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições	-	-	-	-	(27)	-	(27)
Provisão de tributos sobre remessa ao exterior	-	-	-	-	-	(16)	(16)
Depreciação e amortização	(294)	(20)	-	(314)	-	-	-
Seguros	(95)	-	-	(95)	(31)	-	(31)
Recuperação de gastos decorrente da repactuação do GSF	-	-	-	-	269	-	269
Outras despesas	(228)	(2)	-	(230)	1	(78)	(77)
<b>Total</b>	<b>(3.083)</b>	<b>(342)</b>	<b>(115)</b>	<b>(3.540)</b>	<b>(1.822)</b>	<b>(408)</b>	<b>(2.230)</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**15. Resultado financeiro**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	176	167
Atualização de créditos tributários	9	-
Outras receitas financeiras	268	250
Total da receitas financeiras	<u>453</u>	<u>417</u>
Despesas financeiras		
Atualização de impostos e multas	(16)	4
Variações monetárias e cambiais passivas	(2)	-
Impostos sobre operações financeiras	(8)	(2)
Atualização financeira de provisões para processos judiciais	(3)	(8)
Outras despesas financeiras	(17)	(20)
Total da despesas financeiras	<u>(46)</u>	<u>(26)</u>
	<u>407</u>	<u>391</u>

## 16. Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Receita de suprimento de energia elétrica	<b>17.193</b>	12.896
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	<b>1.375</b>	1.032
Rendimento de aplicações financeiras	<b>176</b>	167
Atualização de créditos tributários	<b>9</b>	-
Outras receitas financeiras	<b>268</b>	250
Total base de cálculo	<b>1.828</b>	1.449
Alíquota do imposto de renda (15%)	<b>(274)</b>	(217)
Alíquota do imposto de renda adicional (10%)	<b>(159)</b>	(121)
Total do imposto de renda	<b>(433)</b>	(338)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	<b>2.063</b>	1.548
Rendimento de aplicações financeiras	<b>176</b>	167
Atualização de créditos tributários	<b>9</b>	-
Outras receitas financeiras	<b>268</b>	250
Total base de cálculo	<b>2.516</b>	1.965
Alíquota da contribuição social (9%)	<b>(226)</b>	(177)
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	<b>(659)</b>	(515)

## 17. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a débitos com partes relacionadas, obrigações com fornecedores e outras contas a pagar, que resultam diretamente de suas operações. Os principais ativos financeiros da Companhia consistem em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros créditos e créditos com parte relacionada, que também resultam diretamente de suas operações.

### Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui quaisquer operações estruturadas com derivativos, contratos a termo, operações de swap, opções, futuros ou mesmo operações de derivativos embutidos em outros produtos, de forma que não há qualquer risco associado às políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

### Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

	Categoria	Nível	31/12/2021		31/12/2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	5.504	5.504	4.823	4.823
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	18	18	-	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	710	710	2.724	2.724
Ativo Financeiro - contas a receber vinculadas à concessão	Valor justo por meio de resultado	2	30.474	30.474	28.770	28.770
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	Custo amortizado	2	741	741	383	383
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	99	99	24	24
Dividendo a pagar	Custo amortizado	2	3.743	3.743	3.623	3.623

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia podem ser assim resumidos:

#### Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento dado as suas operações atuais).

#### Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, que estão atreladas ao CDI. Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

#### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

### Contas a receber

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, mesmo havendo a concentração das contas a receber em poucos clientes, em função da reputação destas empresas e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

### Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

### Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

### Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

### Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado.

## 18. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Riscos	Data de vigência		Importância Segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco operacional	31/10/2021	31/10/2022	66.398	6.569.700
Responsabilidade civil	31/10/2021	31/10/2022	n/a	56.407

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral temos um valor limite que contempla todas as empresas do Grupo.